

DEFICIÊNCIA INTELECTUAL UM GRANDE DESAFIO EM SALA DE AULA



ANDREA PAULA PEREIRA DA SILVA

Graduação em PEDAGOGIA pela Faculdade Universidade Cidade de São Paulo (ano de conclusão 21/12/2004); Professora da Prefeitura de São Paulo no Centro de Educação Infantil Maria Aparecida Siqueira Campos.

RESUMO

Por meio deste Artigo busca-se analisar Deficiência Intelectual intensificando a formação continuada dos professores que atuam em sala de aula, oferecendo subsídios e recursos que propiciem o suporte e a orientação para escolarização desses alunos. Falta a certos profissionais da educação, empatia e intuição ao lidar com alunos em sala de aula. Cabe ao professor desenvolver tanto a empatia quanto as inteligências intrapessoal e interpessoal, pois tais inteligências permitem compreender os outros e trabalhar com eles, apresentam tentativas de resolver problemas significativos para o indivíduo e a espécie. A soma de novas atribuições do professor e a necessidade de que ele deva se adaptar às novas tendências pedagógicas geram a obrigação de reestruturação da sua metodologia de ensino e de uma nova análise de seus conceitos sobre qual a melhor forma de ministrar suas aulas e de divisão e maximização de aproveitamento do tempo em suas atividades. Quando são dadas as oportunidades adequadas, os educandos com deficiência intelectual demonstram plena capacidade de expressar seus sentimentos, acumular conhecimentos formais e informais, refletir sobre sua vida e verbalizar seus desejos, motivações, anseios e planos para o futuro.

PALAVRAS-CHAVE: Deficiência Intelectual; Professor; Sala de Aula; Empatia.

INTRODUÇÃO

A missão do professor é ajudar seus alunos a perceberem-se como cidadãos, parte integrante de um mundo que reclama cada vez mais sua participação responsável. Muitos professores constroem movimentos dialéticos dentro da sala de aula e levam os alunos à crítica social; conduzem um projeto existencial marcado pela coragem e pela ousadia e este é o perfil do educador do

novo milênio. Quanto mais o professor souber da vida do aluno, quanto mais estudar os aspectos constitutivos de seu organismo psicológico e compreender as influências do social em sua vida, mais poderá aprofundar seu relacionamento interpessoal e enriquecer sua didática em sala de aula, no sentido de atingi-lo em seu todo.

O objetivo é analisar o grande desafio que o professor enfrenta em sala de aula ao lidar com alunos que apresentam deficiência intelectual e demonstrar a importância de o profissional desenvolver a empatia e as inteligências intrapessoal e interpessoal.

Os educadores devem cada vez mais investir em sua capacitação, buscando conhecimentos em outras áreas, obedecer aos critérios mínimos para o atendimento às necessidades do aluno. Devem buscar conhecimentos e desenvolver a capacidade da empatia e as inteligências interpessoal e intrapessoal.

A relação com seu aluno deve ser pautada no respeito, ética, altruísmo, dedicação, confiança, atenção, entre outros.

A mudança educacional depende da transformação das práticas pedagógicas na sala de aula. Lidar com crianças que apresentam deficiência intelectual é um grande desafio e analisar a relação entre estes alunos e o professor é o objetivo deste Artigo.

Há a necessidade de uma constante atualização, domínio de novas tecnologias, estar sempre um passo à frente, ganhar o máximo possível em sala de aula, aplicar novas técnicas e repensar novos métodos de avaliação. E a formação do professor dentro de tal contexto é de suma importância. As metas almejadas serão alcançadas com eficiência e eficácia; propiciando qualidade de ensino para todos e uma escola não apenas inclusiva e formadora; mas transformadora.

DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

O Secretário da Educação do Estado de São Paulo, Herman Voorwald (SE, 2013) afirma que por meio do Núcleo de Apoio Pedagógico Especializado – CAPE – vem desenvolvendo ações com vistas à capacitação de profissionais sobre o tema Deficiência Intelectual, intensificando a formação continuada, tanto de forma centralizada quanto descentralizada, oferecendo subsídios e recursos que propiciem o suporte e a orientação para a escolarização desses alunos.

De acordo com Maria Elizabete da Costa, Coordenadora de Gestão da Educação Básica (SE, 2013), existe a necessidade de difundir ações e concepções que devem ser implementadas nessa área (Deficiência Mental/Intelectual), visando ao fortalecimento das políticas públicas voltadas para a garantia de um atendimento educacional que contemple as necessidades específicas dos alunos com deficiência mental/intelectual matriculados nas escolas estaduais.

Judith Camargo Curiel de Braga (SE, 2013, p. 35) afirma que as concepções educacionais contemporâneas partem da premissa de que a educação é um direito fundamental de todo o cidadão e, como tal, sua observação é assegurada por meio das garantias constitucionais.

Deficiência Intelectual é uma incapacidade caracterizada por limitações significativas tanto no funcionamento intelectual (raciocínio, aprendizado, resolução de problemas) quanto no comportamento adaptativo, que cobre uma gama de habilidades sociais e práticas do dia a dia. Esta deficiência se origina antes da idade de 18 anos.

“A deficiência intelectual abrange a parte ‘cognitiva’ da definição, ou seja, aquelas deficiências que estão amplamente relacionadas ao pensamento processual” (SE, 2013, p. 58).

Ângela Gonçalves e Andréa Carla Machado explicam a importância das causas na Deficiência Intelectual para o entendimento das Dificuldades Escolares.

- Síndrome de Down: É uma alteração genética, descrita há mais de um século por John Langdon, sendo caracterizada pela presença de um cromossomo a mais nas células, acarretando alterações no desenvolvimento motor, físico e intelectual (SE, 2013, p. 68).

- Síndrome do XFrágil: O exame físico revela orelhas proeminentes e face alongada, macrocefalia relativa, articulações hiperextensíveis e, geralmente após a puberdade, macrorquidia. As manifestações também incluem hiperatividade, comportamento autista (SE, 2013, p. 70).

- Síndrome do Álcool Fetal: A Síndrome do Álcool Fetal representa um conjunto de anormalidades físicas, comportamentais e cognitivas observadas em indivíduos expostos ao álcool intraútero (SE, 2013, p. 71).

- Síndrome Cornélia de Lange.

- Síndrome Prader-Willi: Problemas de personalidade começam aos três anos e vai até os cinco. Acessos de fúria, depressão, teimosia e súbitos atos de violência podem ser desencadeados quando o paciente vê recusado o alimento solicitado (SE, 2013, p. 72). - Síndrome de Angelman; Esclerose Tuberosa (Doença/Síndrome de BournevillePringle); Síndrome de Rubinstein-Taybi; Síndrome de Klinefelter; Hipomelanose de Ito; Síndrome de Apert; Síndrome de Sturge Weber; Fenilcetonúria; Hipotireoidismo Congênito; Toxoplasmose Congênita.

De acordo com Generosa Monteiro Ferraz (SE, 2013, p. 101), a escola possui um papel de fundamental importância frente ao desenvolvimento dos alunos com deficiência intelectual.

Segundo Ferraz (2013, p. 106), o ambiente de uma classe inclusiva precisa ser rico para todos os alunos, dando-lhes a oportunidade de experimentar diferentes tipos de métodos de aprendizagem.

Para evitar uma atitude passiva e a falta de iniciativa de alguns alunos, os professores necessitam intervir na construção de estratégias que melhorem o crescimento social positivo de cada aluno.

O papel do professor, como mediador, desencadeará discussões conceituais e implicações na prática pedagógica. A partir do referencial teórico, poderá identificar, analisar, discutir e executar as ações pedagógicas de forma adequada e efetiva (SE, 2013, p. 127).

As dificuldades e os problemas de aprendizagem, além dos problemas sociais, não devem

ser associados ou confundidos com deficiência intelectual (SE, 2013, p. 127).

Denise Rocha Belfort Arantes e Danilo Namó (2013, p. 135) explicam que quando uma criança vem ao mundo e apresenta algum tipo de deficiência (Autismo, dislexia, por exemplo, entre outros), a família deve passar por um momento de luto, pois os pais esperaram nove meses, idealizando um bebê perfeito e quando se deparam com uma criança com algum tipo de problema (uma criança real), devem passar por fases de luto, isto é: 1) Negação e isolamento; 2) Raiva; 3) Barganha; 4) Depressão; 5) Aceitação.

Ao receber uma criança com deficiência a escola precisa oferecer a ela condições de igualdade no acesso a um ambiente estimulante e de aprendizagem (ARANTES; NAMO, 2013, p. 135)

Características de Deficiência Intelectual (SE, 2013, p. 136):

- 1) Dificuldade de compreensão, análise e síntese e retenção das informações;
- 2) Dificuldade de explorações espontâneas;
- 3) Dificuldade em aprender (essa constatação deve ser feita somente quando o professor esgotar todos os recursos e estratégias e o aluno não aprendeu);
- 4) Dificuldade para utilizar e relacionar informações;
- 5) Dificuldade de resolução de problemas (solução própria da faixa etária);
- 6) Dificuldade de compreensão de comandos;
- 7) Dificuldade em expressar de maneira lógica ideias e pensamentos.

É muito importante que os professores tenham orientações claras e precisas sobre como lidar com uma criança com deficiência, sendo fundamental que não sintam receio em estar com elas em suas classes comuns. O primeiro passo para que ocorra uma inclusão efetiva é a aceitação do outro como diferente.

Quando são dadas as oportunidades adequadas, as pessoas com deficiência intelectual demonstram plena capacidade de expressar seus sentimentos, acumular conhecimentos formais e informais, refletir sobre sua vida e verbalizar seus desejos, motivações, anseios e planos para o futuro.

Arantes e Namó (2013, p. 139) enfatizam que os alunos que apresentam deficiências precisam participar da escola e da sociedade, sendo respeitados em suas diferenças, não podendo ser vistos somente como pessoas dependentes e incapazes. Eles necessitam de uma proposta educacional adequada às suas necessidades e que leve em conta suas potencialidades.

Arantes e Namó (2013, p. 141) afirmam que algumas estratégias podem auxiliar o professor na construção de uma rotina de desenvolvimento pedagógico e social de seus alunos que possuam alguma necessidade educacional especial.

Essa rotina pode proporcionar um sentimento de segurança e de pertencimento propícios

para seu processo de aprendizagem.

Algumas dessas estratégias para o professor segue abaixo:

- 1) Tratar o aluno de maneira natural, não adotando atitudes superprotetoras, infantilizadas ou de rejeição;
- 2) Respeitar sua idade cronológica, oferecendo atividades compatíveis relacionadas ao que está sendo ensinado aos demais alunos;
- 3) Incentivar a autonomia na realização das atividades;
- 4) Estabelecer objetivos, conteúdos, metodologia, avaliação e temporalidade de acordo com a necessidade do aluno;
- 5) Dividir as instruções em etapas, olhando nos olhos do aluno;
- 6) Respeitar o ritmo de aprendizagem, oferecendo desafios constantes;
- 7) Repetir as instruções/atividades em situações variadas, de forma diversificada;
- 8) Estabelecer uma rotina na sala de aula, dizendo o que e como vai acontecer;
- 9) Estabelecer regras junto com o grupo de alunos, procurando ressaltar as qualidades de cada;
- 10) Reforçar os comportamentos adequados;
- 11) Apresentar os espaços físicos construindo referências que os tornem mais familiares.

O professor é o referencial da classe e possui o status de autoridade máxima perante seus alunos.

Essa autoridade se dá pelo fato de ser o professor e por ser um adulto diante de crianças. No entanto, tal autoridade e referência se constroem no dia a dia da sala de aula, quando os alunos irão respeitá-lo à medida que são respeitados por ele (SE, 2013, p. 141).

SALA DE AULA: UM GRANDE DESAFIO

António Nóvoa (1997) afirma que os anos 80 não foram fáceis para os professores. A ausência de um projeto coletivo, mobilizador do conjunto da classe docente, dificultou a afirmação social dos professores.

A mudança educacional depende também da transformação das práticas pedagógicas na sala de aula. Toda formação encerra um projeto de ação. E de transformação. E não há projetos sem opções, alguns passam pela valorização das pessoas e dos grupos que têm lutado pela inovação no interior das Escolas e do Sistema Educativo; outras passarão pela tentativa de impor

novos dispositivos de controle e de enquadramento. Os desafios da formação de professores (e da profissão docente) jogam-se neste confronto.

Segundo Kinchelde (1997), ensinar é uma incerta e complexa empresa. Se o ato de ensinar fosse conhecido e constante, os professores poderiam simplesmente seguir os ditados das generalizações empíricas, e os educadores do professor poderiam conhecer exatamente o que os professores necessitam para agir com sucesso.

É urgente buscar uma nova ordem nas relações sociais dentro da escola; e é justamente sobre tais relações sociais que se deve colocar os olhos críticos, pois elas precisam ser reconsideradas e, concretamente, virem a desenvolver, em todos, mais autonomia.

Buscando a autonomia, tem-se de pensar em saídas, muitas vezes ousadas, para quebrar o círculo vicioso criado no que diz respeito, por exemplo, ao ato de estudar; pois os alunos, na maioria das vezes, só estudam para as provas, vivem obcecados em função das notas e ficam apavorados com a possibilidade de uma reprovação.

Toda teoria do conhecimento só terá valor se levar em conta o Homem Social e a sua relação com o bem-comum. Se a prática puder confirmar tal verdade, mudam as relações interpessoais em torno da figura do professor, do aluno, da avaliação e da aula.

Na aula, discute-se a Ciência focalizando-a a serviço do bem-comum. Cidadania é um processo a ser encaminhado com urgência e o professor do século XXI deve ter ousadia e criatividade.

Segundo César Coll (1996), dizer que ensinar é difícil, que os professores têm diante de si uma complexa e árdua tarefa, que não se restringe apenas ao aspecto formativo no âmbito da sala de aula, mas que inclui aspectos de gestão e de manejo de relações humanas no contexto da escola, seria arriscar que considerem tal fala pouco original; nesta perspectiva, as teorias que se necessita devem integrar como elemento estruturador a dimensão social do ensino à qual se alude, no duplo sentido de que a Educação Escolar é um projeto social que se corporifica e se desenvolve em uma instituição também social e isto acarreta várias consequências.

A aprendizagem contribui para o desenvolvimento na medida em que aprender não é copiar ou reproduzir a realidade. O processo de aprender pressupõe uma mobilização cognitiva desencadeada por um interesse, por uma necessidade de saber. A concepção construtivista compreende os conhecimentos prévios dos alunos em termos de esquemas de conhecimento.

A informação que deve ser proporcionada aos alunos na Escola são os conhecimentos organizados culturalmente em saberes ou disciplinas específicas; o Currículo deve ser elaborado selecionando o fundamental desses conhecimentos ou disciplinas.

Um dos objetivos fundamentais da Educação Escolar é a modificação dos esquemas de conhecimento do aluno e sua função, entre outras, é o ensino de todas as dimensões relevantes do conhecimento.

Não é possível lidar com essa nova geração da mesma forma que se lidou há alguns anos, pois os tempos são outros.

O professor, atualmente, deve se perguntar, como pode se adaptar a essas mudanças e novidades do novo milênio e o que ele precisa fazer para estar dentro do processo como participante ativo e não apenas como ouvinte ou mero retransmissor de novidades.

Século XXI, a família nuclear encontra-se desestruturada; surgem novas doenças e fobias, crianças estressadas, ansiosas, depressivas e obesas numa quantidade jamais vista.

Segundo Kalinke (1999), dominar novas tecnologias significa estar integrado com as transformações.

Cabe ao professor dominar os recursos tecnológicos que estão a sua disposição, de forma adequada para otimizar sua utilização.

E a Escola deve disponibilizar todas as informações sobre os seus alunos em páginas específicas, protegidas por senhas, para que os pais acompanhem toda a vida acadêmica de seus filhos.

A soma de novas atribuições do professor e a necessidade de que ele deva se adaptar às novas tendências pedagógicas, utilizando as novidades tecnológicas e usufruindo de todos os recursos disponíveis, geram a obrigação de reestruturação da sua metodologia de ensino e de uma nova análise de seus conceitos sobre qual a melhor forma de ministrar suas aulas e de divisão e maximização de aproveitamento do tempo em suas atividades.

O professor deve dominar os recursos tecnológicos e aplicá-los para que consiga formar da maneira mais eficiente possível os profissionais do futuro.

É preciso refletir e reformular todo o processo Educacional Brasileiro. Os alunos precisam aprender a raciocinar e não mais a decorar.

De acordo com Kalinke (1999), quando o professor trabalhar com seriedade e profissionalismo, fundamentando suas atividades, preparando-as com antecedência e solidificando-as como um projeto educacional, elaborando atividades com início, meio e fim claramente definidos, o seu trabalho não sofrerá represálias ou repreensões.

Segundo Paquay (2001), formar profissionais capazes de organizar situações de aprendizagem deveria ser a abordagem central da maior parte dos programas e dos dispositivos da formação inicial e continuada dos professores do maternal à universidade.

Segundo André (1997), os alunos devem aprender a observar, a formular questões ou hipóteses, a selecionar dados que lhes permitam elucidar questões que eventualmente formulem. A finalidade do processo de ensino-aprendizagem não é a transmissão de conteúdos prontos, mas sim, a formação de sujeitos autônomos, capazes de compreender a realidade que os cerca e de agir sobre ela.

O aprender é um processo essencialmente dinâmico, que requer do aluno a mobilização de suas atividades mentais para compreender a realidade que o cerca, analisá-la e agir sobre ela, modificando-a.

EMPATIA E INTELIGÊNCIAS INTERPESSOAL E INTRAPESSOAL

Falta a certos professores, profissionais da educação empatia e intuição ao lidar com alunos que apresentam deficiência intelectual, principalmente dentro de uma sala de aula.

Segundo Goleman (1995, p. 109), a empatia alimenta-se da autoconsciência; quanto mais aberto o professor estiver para as emoções, mais hábil será na leitura de sentimentos. O professor precisa possuir ouvido emocional.

Essa incapacidade de registrar os sentimentos de outrem é um grande déficit, de inteligência emocional, e uma trágica falha no que significa ser um ser humano.

“Todo relacionamento, raiz do envolvimento, vem da sintonia emocional, da capacidade de empatia” (GOLEMAN, 1995, p.109).

De acordo com Goleman (1995), as emoções das pessoas raramente são postas em palavras; com muito mais frequência, são expostas em outros indícios. A chave para intuir os sentimentos dos outros está na capacidade de interpretar canais não-verbais: tom de voz, gestos, expressão facial e coisas assim.

Cabe ao professor “detectar a emoção a partir de uma ou outra indicação não-verbal” (GOLEMAN, 1995, p.111).

Goleman (1995, p. 112) afirma que “mímica motora” é o sentido técnico original da palavra “empatia”, como foi usada pela primeira vez na década de 20 por E. B. Titchener, um psicólogo americano.

Goleman (1995) explica que esse sentido é ligeiramente diferente de sua introdução original em inglês, do grego “empátieia”, “entrar no sentimento”, termo inicialmente usado por teóricos da estética para a capacidade de perceber a experiência subjetiva de outra pessoa.

Existem momentos em que há uma sintonia entre professor e alunos que apresentam deficiência intelectual, principalmente durante a interação em sala de aula, pois identifica-se sua dificuldade, reconhece-se quais são suas necessidades de aprendizagem. Portanto, “a sincronia emocional é tácita e fora da consciência, embora o aluno possa ter um grande prazer com a sensação de que está sendo profundamente reconhecido e entendido” (GOLEMAN, 1995).

“Empatia exige bastante calma e receptividade para que os sutis sinais de sentimento da outra pessoa sejam recebidos e imitados pelo cérebro emocional” (GOLEMAN, 1995, p. 117).

Segundo Goleman (1995, p. 118): “A dor do outro é nossa”. “Sentir com o outro é envolver-se”.

O professor deve se colocar no lugar do aluno, estar sintonizado e sincronizado com o mesmo ao realizar atividades em sala de aula.

Gardner (1995) ressalta que as competências individuais representam somente um aspecto da inteligência; a inteligência também requer estruturas e instituições sociais que possibilitem o

desenvolvimento dessas competências.

Parafraseando Gardner (1995, p. 213), um dos objetivos deste Artigo é que a ideia das inteligências múltiplas se torne parte da formação dos professores, principalmente daqueles que lidam com alunos que apresentem deficiência intelectual.

Segundo Gardner (1995), é possível definir inteligência principalmente como a manifestação de compromisso entre dois componentes: a) os indivíduos, que são capazes de utilizar sua série de competências em vários domínios de conhecimento; b) as sociedades, que estimulam o desenvolvimento do indivíduo através das oportunidades que proporcionam, das instituições que sustentam e dos sistemas de valores que promovem.

Quando se reconhece que a inteligência se desenvolve através de uma dinâmica de competências individuais e valores e instituições sociais, será muito mais provável que se possa desenvolver políticas e apoiar iniciativas que efetivamente aproveitem melhor as mentes das pessoas (GARDNER, 1995, p. 211).

“Inteligência merece ser pluralizada” (GARDNER, 1995, p. 214).

Gardner (1995) afirma que a inteligência interpessoal está baseada numa capacidade nuclear de perceber distinções entre os outros; em especial, contrastes em seus estados de ânimo, temperamentos, motivações e intenções. Em formas mais avançadas, esta inteligência permite que um adulto experiente perceba as intenções e desejos de outras pessoas, mesmo que elas os escondam.

Essa capacidade aparece numa forma altamente sofisticada em líderes religiosos ou políticos, professores, terapeutas e pais.

“Essa inteligência interpessoal não depende da linguagem” (GARDNER, 1995, p. 27).

De acordo com Gardner (1995, p. 27), “todos os indícios na pesquisa do cérebro sugerem que os lobos frontais desempenham um papel importante no conhecimento interpessoal”.

Inteligência intrapessoal é o conhecimento dos aspectos internos de uma pessoa: o acesso ao sentimento da própria vida, à gama das próprias emoções, à capacidade de discriminar essas emoções e eventualmente rotulá-las e utilizá-las como uma maneira de entender e orientar o próprio comportamento (GARDNER, 1995, p. 28).

“A pessoa com boa inteligência intrapessoal possui um modelo viável e efetivo de si mesma” (GARDNER, 1995, p. 28).

Gardner (1995, p. 28) explica que “assim como na inteligência interpessoal, os lobos frontais desempenham um papel central na mudança de personalidade”. Tanto a faculdade interpessoal quanto a intrapessoal são aprovadas nos testes de uma inteligência. Ambas apresentam tentativas de resolver problemas significativos para o indivíduo e a espécie.

A inteligência intrapessoal permite compreender os outros e trabalhar com eles; a inteligência intrapessoal permite compreender a nós mesmos e trabalhar conosco.

No senso de eu do indivíduo, encontra-se uma fusão de componentes inter e intrapessoais.

Na verdade, o senso de eu emerge como uma das mais maravilhosas invenções humanas – um símbolo que representa todos os tipos de informações sobre uma pessoa e é, ao mesmo tempo, uma invenção que todos os indivíduos constroem para si mesmos (GARDNER, 1995, p.29).

Quanto ao professor que lida com aluno que apresenta deficiência intelectual, “é de suprema importância avaliar a combinação particular de capacidades que pode destinar o indivíduo para uma determinada posição vocacional ou ocupação” (GARDNER, 1995, p. 30).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Século XXI, o mundo mudou, a preocupação com a saúde e qualidade de vida dos alunos, principalmente alunos com deficiência intelectual, alcançaram um patamar nunca pensado. Surgiram Leis, Decretos de proteção ao aluno especial. Familiares, profissionais da educação, entre outros, trabalham em equipe, buscam conhecimentos em outras áreas para melhor satisfazer as necessidades do aluno com ética, respeito, comprometimento e responsabilidade.

Os professores devem cada vez mais investir no seu treinamento e capacitação, obedecer aos critérios mínimos para o atendimento às necessidades do aluno com deficiência intelectual. Devem buscar conhecimentos em outras áreas e desenvolver a capacidade da empatia e as inteligências interpessoal e intrapessoal.

A relação com o aluno, em sala de aula, seja sala regular ou não, deve ser pautada no respeito, ética, altruísmo, dedicação, confiança, atenção, entre outros.

A interação, dentro da sala de aula, entre professor e aluno é de suma importância, pois o aluno tem o direito de levar uma vida saudável e feliz e o ensino e aprendizagem dele é muito importante neste contexto, assim como os métodos usados para sua avaliação.

Busca-se a reflexão sobre a importância da interação entre professor e aluno, dentro da sala de aula e a ideia de as inteligências múltiplas se tornarem parte da formação dos educadores, assim como o desenvolvimento da empatia.

Existe a necessidade de novas pesquisas sobre os assuntos abordados com a finalidade de contribuir para o aprofundamento científico.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, Marli Eliza D. A. de; OLIVEIRA, Maria Rita N. S. **Alternativas no Ensino de Didática**. Campinas. São Paulo: Papyrus, 1997.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

_____. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília: MEC/SEESP, 2008.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, 1988.

_____. **Diretrizes Nacionais para a Política de Atenção Integral à Infância e à Adolescência: 2001-2005.** Brasília: CONANDA, 2001.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente.** Brasília, 1991.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais: adaptação curricular.** Brasília: MEC/SEF, 1997.

_____. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BUENO, J.G.S. **Educação Especial Brasileira: integração/segregação do aluno diferente.** São Paulo: Educ, 1993.

CID – 10 – Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde. 1992. Disponível: <http://www.datasus.gov.br/cid10/v2008/cid10.htm>. Acesso 20 mai. 2011.

COLL, César. **O Construtivismo na Sala de Aula.** 6. Ed. São Paulo: Ática, 1996.

GARDNER, Howard. **Inteligências Múltiplas: A Teoria na Prática.** Porto Alegre: Artmed, 1995.

GOLEMAN, Daniel. **Inteligência Emocional: A Teoria Revolucionária que redefine O que é Ser Inteligente**. 29. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 1995.

KALINKE, Marco Aurélio. **Para não ser um professor do século passado**. Curitiba Gráfica Exponente, 1999.

KINCHELDE, Joe L. **A Formação do Professor Como Compromisso Político: Mapeando o Pós-moderno**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

MEC – Ministerio de Educación. Educación Infantil y primaria. Madrid, 1992. IN: GARCÍA, J. N. **Manual de dificuldades de aprendizagem: linguagem, leitura, escrita e matemática**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

MORAIS, Régis de (Org.). **Sala de Aula: Que Espaço é Esse?** 3. Ed. Campinas, SP: Papirus, 2000.

MOYSÉS, M.A.A.; COLLARES, C.A.L. **A história não contada dos distúrbios de aprendizagem**. Cadernos CEDES. n. 28. Campinas: Papirus, 1992.

NÓVOA, António (coord.). **Os Professores e a sua Formação**. 3. Ed. Instituto de Inovação Educacional. Lisboa, Portugal. Nova Enciclopédia, 1997.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. CIF: Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde. São Paulo: EDUSP, 2003.

PAQUAY, Léopold; PERRENOUD, Philippe; ALTET, Marguerite; CHARLIER, Évelyne (organizadores). **Formando Professores Profissionais – Quais estratégias? Quais competências?** 2. Ed. ver. Porto Alegre: Artmed, 2001.

PIAGET, J. **Psicologia e pedagogia**. 7. Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1985.

SÃO PAULO. (Estado). **Secretaria da Educação. Núcleo de Apoio Pedagógico Especializado – CAPE. Deficiência Intelectual: Realidade e Ação**. São Paulo: SE, 2013.

SÃO PAULO (Estado). **Resolução SE nº 73, de 23 de junho de 1978**.

_____. **Resolução SE nº 247, de 30 de setembro de 1986**.

_____. **Resolução SE nº 135, de 18 de julho de 1994**.

_____. **Deliberação CEE nº 5, de 29 de março de 2000**.

_____. **Resolução SE nº 95, de 23 de novembro de 2000**.

_____. **Resolução SE nº 61, de 5 de abril de 2001**.

_____. **Resolução 130, de 6 de agosto de 2002**.

_____. **Resolução SE nº 31, de 16 de maio de 2007**.

_____. **Resolução SE nº 11, de 31 de janeiro de 2008**.

_____. **Resolução SE nº 31, de 24 de março de 2008**.

_____. **Resolução SE nº 33, de 15 de maio de 2009.**

_____. **Resolução SE nº 34, de 15 de maio de 2009.**

_____. **Resolução SE nº 38, de 19 de junho de 2009.**

_____. **Portaria Conjunta CENP/COGSP/CEI, de 6 de julho de 2009.**

_____. **Resolução Conjunta SE/SS nº 1, de 25 de setembro de 2009.**

_____. **Decreto Estadual nº 54.887, de 7 de outubro de 2009.**

_____. **Resolução SE nº 41, de 14 de maio de 2010.**

_____. **Resolução SE nº 27, de 9 de maio de 2011.**

SHOGREN, K. A.; SNELL, M.E.; SPREAT, S.; TASSÉ, J.M.; THOMPSON, J.R.; VERDUGO-ALONSO, M.A.; WEHMEYER, M.L.; YAGER, M.H. **Intellectual disability: definition, classification and systems of support.** Washington (DC): AAIDD, 2010.

VYGOTSKY, L. S. **A Formação da Mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores.** 6. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.